

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA MODERNA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970

Reginaldo Rodrigues da Costa
PUCPR
reginaldo.costa@pucpr.br

Neuza Bertoni Pinto
PUCPR
neuzard@uol.com.br

RESUMO:

O objetivo do minicurso é propiciar uma reflexão sobre os cursos de capacitação e aperfeiçoamento ofertados pelo governo do Paraná para professores que ensinavam matemática na década de 1970. Além da análise dos conteúdos ministrados e da bibliografia recomendada, serão discutidos os fundamentos teórico-metodológicos que permearam a formação em serviço no estado e o papel do CETEPAR (Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná) na formação do professor paranaense, especificamente os que ensinavam Matemática no período proposto. Organizado a partir da história das disciplinas escolares, o minicurso utilizará uma variedade de documentos oficiais e escolares, além de depoimentos de ex-professores que permitirão aos participantes compreender representações e significados construídos no período em torno da Matemática Moderna.

Palavras-chave: história da educação matemática; cursos de capacitação de professores; matemática moderna.

1. Introdução

Pesquisas realizadas no campo da Educação Matemática têm mostrado que a história de uma disciplina escolar não é apenas a compreensão dos conteúdos programáticos e do aparato pedagógico nela envolvidos (CHERVEL, 1990). A formação de professores também é elemento importante na constituição de uma disciplina escolar, como mostra o estudo de Valente (2010), que buscou compreender como representações de um tempo passado foram incorporadas nas práticas docentes de representantes das novas gerações. Diante disto, partimos da ideia de que os cursos desenvolvidos pelo Governo do Estado do Paraná, especialmente os voltados à modernização da matemática escolar, tiveram um papel fundamental na relação dos professores com os saberes considerados necessários e “modernos” ao ensino da disciplina. Compreender como tais ensinamentos foram apropriados pelos docentes em termos de fundamentos e métodos difundidos pelos referidos cursos foi o que pretendeu a pesquisa desenvolvida no processo de doutoramento, que se propôs a inventariar e a discutir as ações desenvolvidas pelo governo paranaense e

as características do aperfeiçoamento dos professores que ensinavam Matemática no Paraná durante a década de 1970.

Dentre as várias subquestões estabelecidas para a realização da pesquisa destacamos a seguinte problemática: Qual a matriz teórica subjacente ao ensino da Matemática, dos fundamentos da Educação e da matemática utilizada nos cursos de aperfeiçoamento desenvolvidos pelo governo paranaense durante a década de 1970?

A escolha do tema e do período se justifica pelo fato de que em 1971 iniciou-se o processo de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. A definição deste período tem como hipótese que as ações da década de 1970 sofreram influências do pensamento e das ações desenvolvidas nos cursos referentes à década de 1960 pela CADES e pelo PABAEE.

2. Capacitação e aperfeiçoamento para o ensino de matemática no Paraná

O foco pretendido neste texto é a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização dos professores que ensinavam Matemática no Ensino de 1º Grau. A denominação aqui utilizada é capacitação e aperfeiçoamento, termos utilizados para se referir ao processo de formação docente realizado pelos órgãos estaduais responsáveis pela educação paranaense no período delimitado.

Segundo Pinto (2002), o conceito de formação continuada tende a expressar os pressupostos que orientam as políticas educacionais voltadas à formação de professores. Segundo a autora, na década de 1990, esse conceito passou a expressar as novas preocupações dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas em relação aos sujeitos envolvidos na tarefa educativa, ultrapassando a ideia redutora, muito em voga nas políticas educacionais da década de 1970, em que treinamentos e reciclagens tinham em vista modelar novas ações docentes com a difusão de métodos e técnicas de ensino “inovadores”. Entre as décadas de 1980 e 1990, a formação continuada passou a ser discutida e assumida não mais como “reposição, atualização ou conserto”, como “algo que se acrescenta *de fora* e por *cima* ao que veio antes”, mas, diferentemente de um espaço de prescrição do “como fazer”, um “espaço improvisado” ou “um complemento a ser anexado à formação inicial para suprir deficiências” (PINTO, 2002, p. 17), um processo de diálogo entre a teoria e a prática docente.

As ações consideradas como prioritárias no projeto de implantação e a Reforma do Ensino de 1º grau foram apontadas e explicitadas no documento elaborado a partir do Seminário de Ensino Paranaense. O documento, além do Plano Estadual de Ensino, indicava as transformações necessárias para a implantação do Ensino de 1º grau, relacionadas com: um currículo que tivesse um Núcleo Comum estruturado em quatro dimensões (Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Iniciação às técnicas de trabalho), um calendário que atendia à exigência de 720 horas anuais para o Ensino de 1º grau, uma organização escolar com formação de complexos escolares que pudessem atender à nova composição curricular e, o treinamento de professores que no período, de forma geral, contemplou ações sobre a implantação e Reforma do Ensino de 1º grau.

Uma das ações relacionadas à Reforma e Implantação Progressiva do Ensino de 1º grau foi a elaboração e realização, em 1972, do Projeto Piloto abrangendo as oito sedes de regiões de Planejamento (Campo Mourão, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, União da Vitória, Curitiba e Paranaguá). Segundo Pedro Parigot de Souza, a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus era um grande desafio:

Que a Revolução lançou ao Povo Brasileiro, e para que ela tenha o êxito que todos esperam, é necessário mudar, sobretudo a mentalidade do Professor, através de treinamentos específicos, pois a estática tem que ser substituída pela dinâmica (*apud* IPARDES, 1989, p. 85).

Diante disto foi criado o Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal – CETEPAR – como forma de expandir gradativamente para outros municípios o processo de Expansão e Melhoria do Ensino de 1º grau. Esse órgão passou a ser, então, responsável pela capacitação dos professores do Estado do Paraná. Suas ações envolvem a programação dos cursos que deveriam ser realizados, a elaboração e distribuição de material para os cursos, a descentralização das atividades por todo o Estado por meio das Inspetorias Regionais de Ensino e dos Núcleos Regionais de Educação. Ainda, por vezes, desenvolviam, na sua própria sede, cursos para professores de várias regiões do Estado, suprindo as funções referentes aos serviços de alojamento e hospedagens e de alimentação.

A Reforma do Ensino, a partir da lei nº 5692/71, concebe a escola como instrumento de preparação do sujeito com condições de ocupar as vagas disponíveis no mercado de trabalho, como também a possibilidade de ocupar qualquer posição na estrutura social existente. Trata-se de uma atuação que acaba por reforçar diferenças já existentes entre as classes sociais. Para Cunha (1980), a Reforma do Ensino de 1º e 2º

graus vem a ser uma ação contenedora no que se refere à necessidade de mais vagas no Ensino Superior público, ou seja, tornar o Ensino de 2º grau de caráter compulsório profissionalizante, objetivando a atuação no mercado de trabalho dos sujeitos que adquiriram uma profissão e que não almejavam uma formação de nível superior, diminuindo, com isso, a necessidade de investimentos maiores devido à diminuição da procura por este nível de ensino. O Ensino de 1º grau, com sua nova organização em oito séries, previa também a formação de mão de obra com a iniciação ao trabalho. Dessa forma, foi inserida nos currículos das disciplinas de 1º grau a formação especial que envolvia conhecimentos e práticas para a agricultura e para o trabalho comercial e industrial.

Boa parte das ações de implantação era a divulgação do ideário da lei 5.692/71, ação levada muito a sério pelos técnicos administrativos, diretores de escolas, supervisores, orientadores, professores de 1º e, posteriormente, de 2º grau, por todos que participaram dos cursos ofertados pelo governo, ora denominados de Atualização, ora de Aperfeiçoamento e também de Capacitação.

3. Aspectos metodológicos

Apoiado teórica e metodologicamente na história cultural, a realização da investigação demandou clarear os rumos para área a constituição da história da capacitação e do aperfeiçoamento docente. É oportuno ressaltar que a pesquisa histórica não tenciona repetir, compilar ou reconstruir, mas produzir um conhecimento histórico a partir da percepção da realidade existente (FÉLIX, 1998). Segundo Valente (2005a):

Os fatos históricos são constituídos a partir de vestígios, de rastros deixados sobre esses traços no presente pelo passado. Assim o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos. Desse modo, um fato não é outra coisa senão o resultado de uma elaboração de um raciocínio, a partir das marcas do passado, segundo as regras de uma crítica. Mas, a história que se elabora não consiste tão simplesmente na explicação dos fatos (p. 4).

O foco da investigação centrou-se na matriz teórica dos cursos de aperfeiçoamento, bem como nos conteúdos abordados: se eram somente de Matemática, se eram do “como ensinar Matemática” ou se referiam-se à uma Didática Geral.

Ainda, neste aspecto foi considerado o discurso de sujeitos que participaram desses cursos, que atuaram como multiplicadores no interior do estado, bem como daqueles

responsáveis pela concepção e materialização dessas ações durante o período estudado, ou seja, os dirigentes do CETEPAR¹ e também da atuação da FUNDEPAR² nessas ações.

A história oral adotada é aquela que se constitui em um instrumento que traz a narração das experiências vividas pelos sujeitos que participaram das ações de capacitação e aperfeiçoamento de professores no estado do Paraná. Entende-se “a fonte oral como uma fonte a mais para o trabalho do historiador e, como tal, sujeita aos mesmos cuidados que dedicamos a outros materiais (FENELON, 1996, p. 26)”. Dessa forma, o que se objetivou neste estudo foi o diálogo entre as fontes escritas e a história oral, assumindo o caráter de instrumento e técnica – e não de metodologia – para a constituição de dados sobre a capacitação de professores. Foram constituídos fatos a partir de depoimentos de seis professores que atuaram na programação e no planejamento dos cursos, ou que foram multiplicadores, como também daqueles que foram participantes, na década de 1970, dos cursos destinados aos professores paranaenses.

As unidades de análise instituídas para este minicurso foram as seguintes: as ações de capacitação e de aperfeiçoamento, que inicialmente indicaram os cursos e sua frequência; os conhecimentos sobre o ensino da Matemática e seus constituintes (conteúdo matemático, conteúdo da didática da Matemática e conteúdo da didática geral).

A constituição das fontes utilizadas neste estudo se deu de diversas formas. O processo de obtenção dessas fontes foi semelhante ao processo de garimpagem, pelo qual o pesquisador teve que coletar informações em locais variados, como: a Biblioteca Pública do Paraná, a biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a biblioteca da Universidade Federal do Paraná, o arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes, o Centro de Documentação e Informação Técnica – CEDITEC/SEED-PR –, que se configura como um serviço de documentação e de informação educativa com o objetivo de facilitar o acesso às informações, referente à memória técnica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Em um primeiro contato, foi possível levantar documentos denominados Memória Técnica (MT) que reúnem desde resoluções e decretos secretariais até orientações gerais sobre a educação, ou seja, nessa denominação, é possível caber qualquer informação.

O local onde a garimpagem teve mais sucesso: os sebos, lojas que vendem material de leitura já utilizado, ou seja, livros usados. Percebemos que esses locais continham

¹ Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Estado do Paraná.

² Fundação Educacional do Estado do Paraná.

material fabuloso a respeito do tema da Tese. Entretanto, os sebos localizados na cidade de Curitiba já não davam mais conta da garimpagem requerida o que justificou a utilização da tecnologia para obter fontes por meio da internet. A pesquisa em *sites* de sebos virtuais permitiu encontrar várias preciosidades, fontes que possibilitaram inúmeras informações para a construção dos fatos que dinamizaram a narrativa histórica.

O acesso aos livros de registros dos participantes de cursos promovidos pelo CETEPAR no período compreendido entre os anos de 1972 e 1982, tornou possível obter informações sobre os cursos desenvolvidos, os conteúdos abordados, as datas de realização, o contingente de professores e também a abrangência geográfica dos participantes da capacitação e aperfeiçoamento. Tais fontes permitiram rastrear os cursos de Matemática oferecidos pelo governo, o número de professores participantes e os conteúdos trabalhados.

Além desses registros, utilizamos três relatórios de atividades realizadas pelo CETEPAR nos seguintes períodos: de 1973 a 1974, de 1975 a 1977 e de 1979 a 1983. Outra fonte utilizada foi a “Análise Preliminar dos Dados Básicos sobre a Evolução do Ensino Regular na Rede Estadual de Ensino 1971-1980”, documento este produzido pela FUNDEPAR.

Para a apresentação dos cursos promovidos pelo CETEPAR, foi necessário empreender um distanciamento, uma vez que as fontes enalteciam as ações do Governo do Paraná sobre a capacitação desenvolvida no período. Coube a nós historiadores da educação, ressaltar as marcas presentes nas fontes dando significados diferentes aos que tinham no passado.

4. Considerações Finais

O CETEPAR tinha como função a seleção de candidatos para atuação no magistério estadual, bem como a preparação e o aperfeiçoamento do pessoal docente, além do treinamento de técnicos e de pessoal administrativo para a educação paranaense. Além dos cursos que elaborava e desenvolvia, o CETEPAR também prestava assistência para órgãos ou instituições de fora do Estado que vinham desenvolver processo de formação de pessoal com vistas à expansão do ensino. O papel deste órgão na melhoria do ensino compreendia a promoção de três atividades essenciais: a formação, o aperfeiçoamento e a assistência ao ensino.

O aperfeiçoamento referia-se ao aprimoramento de professores dos ensinos de 1º e 2º graus, do ensino supletivo, do sistema de formação profissionalizante de 2º grau e de secretários de estabelecimentos de ensino. E a assistência estava relacionada com atividades de todos os graus de ensino, no que se refere à elaboração, revisão, pesquisa e atualização de material didático. O governo estadual, a partir da SEC, empreendeu esforço para a implantação e implementação da Reforma do Ensino nas escolas de 1º e 2º graus, que foram desenvolvidos em forma de projetos. Além das ações de aperfeiçoamento, o CETEPAR desenvolveu atividades e encontros sob a forma de seminários, simpósios, conferências e estágios.

É importante ressaltar que, mesmo elaborando seus materiais para a capacitação dos recursos humanos para educação, o CETEPAR sempre utilizava os documentos do MEC, elaborados pelo Centro de Ensino Tecnológico de Brasília. Essa utilização se deu em virtude dos convênios estabelecidos com esse órgão, reforçando a ideia de sintonia das ações do Governo Estadual com a Política Educacional adotada pelo Ministério da Educação e Cultura.

A ação do CETEPAR foi de grande magnitude, pois, com sua expansão, atendeu, ao longo de oito anos (1972-1980), a totalidade dos professores e pessoal técnico das escolas paranaenses. Do estudo realizado pela FUNDEPAR, intitulado “Análise Preliminar dos Dados Básicos Sobre a Evolução do Ensino Regular da Rede Estadual de Ensino – 1971/1980: Implantação da Lei 5.692/71”, é possível consubstanciar essa afirmação.

Os cursos desenvolvidos no período de 1971 a 1982 tiveram foco na estrutura e na expansão do Sistema Estadual de Ensino apresentada no Plano Setorial de Educação e Cultura de 1972 e no Plano Estadual de Educação 1972/1976. Ações pensadas seguiam a mesma ordem do planejamento político, ou seja, o levantamento do problema crítico e, a partir deste, a tomada de decisão, tanto é que a fundamentação do Plano Estadual de Educação era baseada no binômio planejamento e implantação, que, como instrumento técnico, estabelecia previsões e ordenava recursos físicos e humanos adotados na condução do processo educacional.

Nesta pesquisa, para apresentação dos cursos desenvolvidos, foram necessárias a ordenação e a reordenação que exigiam cópia e reescrita dos documentos que forneceram vestígios sobre as ações do CETEPAR. O ato de produzir tais informações desfigurou os documentos que serviram para “preencher lacunas de um conjunto” (CERTEAU, 1988, p. 81).

Em relação ao Ensino de 1º grau, as ações do CETEPAR já vinham se destacando desde 1971, com a divulgação da lei nº 5692/71 junto aos professores e administradores escolares. A intenção era proporcionar a esses sujeitos a interpretação e a familiarização dos termos técnicos contidos na lei. Os cursos para implantação da Reforma do Ensino se deram de forma progressiva e gradativa, conforme previsto no Plano Estadual de Educação 1972/76.

5. Fontes

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 12 ago. 1971.

CETEPAR. **Curso de aperfeiçoamento – 3ª Etapa:** atividades de 1ª-4ª séries. Curitiba, 1975.

_____. **Curso de aperfeiçoamento para professores de 5ª a 8ª série do Ensino de 1º Grau.** Técnicas de Ensino. Curitiba, 1976.

_____. _____. Habilidades: formular perguntas, ilustrar com exemplos. Curitiba, 1979.

_____. _____. Habilidades: variar a situação estímulo, empregar reforço e feedback. Curitiba, 1979a.

_____. _____. Tratamento metodológico de matemática. Curitiba, 1979b.

_____. _____. Sugestões de atividades para professores de 1ª a 4ª séries. Curitiba, 1979c.

FUNDEPAR. **Análise preliminar dos dados sobre a evolução do ensino regular na rede estadual de ensino 1971-1980.** Curitiba: 1982.

_____. **Sugestão para estrutura curricular adaptada para a 5ª série em 1972.** Curitiba: Secretaria da Educação e Cultura, 1972.

PARANÁ, Secretaria de Educação e Cultura. **Material de apoio para a montagem do plano de implantação da lei 5692/71:** Ensino de 1º grau, Curitiba, 1977b.

_____. **Relatório das atividades do CETEPAR 1975-1977.** Curitiba, 1977.

6. Referências

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação.** Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FENELON, Déa Ribeiro. **O papel da história oral na historiografia moderna**. In: MEIHY, José Carlos Bom (Org.). (Re)introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996, p. 22-32.

IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IPARDES/SEPL/FUEM, 1989.

PINTO, Neuza Bertoni. Formação continuada: concepções e implicações na profissão docente. **Revista Educação em Movimento/Associação de Educação Católica do Paraná**. – v. 1, n. 1, p.11-18, jan./abr. 2002.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **História da Educação Matemática: interrogações metodológicas**. Lisboa, 2005a, (mimeo).

_____. **A Matemática na Formação do Professor do Ensino Primário em São Paulo (1875-1930)**. São Paulo: UNIFESP: 2010.